

Brasil e América Latina no contexto das relações Sul-Sul: avanços, recuos, desafios e dilemas à luz da história

Ramon Casas Vilarino*

Em entrevista à revista Carta Capital em março, o chanceler Antonio Patriota reafirmou a disposição da Presidente Dilma Roussef em estreitar os laços do Brasil com os países de fora do eixo Estados Unidos-Europa, em especial com os da América Latina. Trata-se da manutenção de um dos pontos principais da política externa do ex-presidente Lula, ou seja, dar atenção às relações Sul-Sul.

Em princípio, desde a colonização Portugal prestou muita atenção às fronteiras de sua colônia, e esta, quando independente, continuou nessa linha de atuação, sendo difícil desvincular a história do Brasil da de seus vizinhos, e vice-versa. Por se tratar do maior país da região, e por desde cedo interferir nos destinos dos países limítrofes quando definia suas fronteiras, Brasil e América do Sul são ainda quase indissociáveis, e, hoje, “o sul vai mais ao norte”, daí a presença do país no Caribe, na ocupação do Haiti, e sua preocupação com os destinos de países como Cuba e o estreitamento de relações com países asiáticos, africanos e do Oriente Médio.

A fim de refletirmos sobre os limites da atuação do Brasil e de seus parceiros nesse cenário contemporâneo, precisamos voltar no tempo para entender o processo histórico que justifica a opção da presidente e as implicações dessa escolha.

Antecedentes

Não é de hoje que os países em desenvolvimento desafiam a ordem global. Há poucas décadas, tivemos o movimento dos países não-alinhados. Em plena Guerra Fria, num momento em que EUA e URSS detinham a hegemonia no sistema internacional, atores até então não considerados no plano internacional pelas duas superpotências ocuparam brechas. A Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, marcada pela denúncia e luta contra o colonialismo e o racismo, contou com a participação de países da Ásia, do Oriente Médio e do norte da África. Não como

* Mestre em História Social e doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP, é professor e coordenador do curso de História da Faculdade Sumaré e pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

consequência imediata, mas com esse reforço, outras conferências foram realizadas visando a independência política da África. Entre 1956 e 1959, sete países conseguiram a independência política; em 1960, o “ano da África”, mais 17 países lograram o mesmo objetivo, e entre 1961 e 1964 mais 10 países¹. A descolonização da África contribuiu, portanto, para a negação da bipolaridade e a formação do que viria a ser mais tarde o movimento dos países não-alinhados. (MOURA, 2002: 44)

Em 1956, a crise de Suez deixou claro que, para a maioria das nações, a bipolaridade e os princípios da Guerra Fria não atendiam seus interesses mais prementes. A nacionalização do canal em julho daquele ano provocou uma crise internacional e uma cena inédita: a condenação conjunta de soviéticos e norte-americanos à intervenção anglo-franco-israelense. No mesmo ano, a insurreição húngara demonstrou algo parecido referente aos interesses de povos no interior de um bloco, nesse caso, o comunista. À insurreição húngara seguiu-se a revolta polonesa, nos mesmos moldes. Além de uma rachadura interna nos blocos antagônicos, esses movimentos mostravam que o conflito militar entre as superpotências não era inexorável, e que a coesão interna não era facilmente obtida:

Ao mesmo tempo, o reconhecimento mútuo dos interesses vitais das superpotências evidenciava que a bipolaridade era o discurso da dominação interna aos blocos, mas não a regra básica do jogo político internacional. Interessava aos poderes hegemônicos, mas pouco ou nada tinham a oferecer aos aliados subordinados. Estes começavam a tirar suas próprias conclusões. (MOURA, 2002: 43)²

A partir de Bandung, o movimento dos países não-alinhados ganhou corpo, e sua formalização viria em 1961, com a Conferência de Belgrado. A liderança de Nehru (Índia), Tito (Iugoslávia) e Nasser (Egito) provocou a reação norte-americana, através do Secretário de Estado, Foster Dulles, que acusou o movimento de imoral e de favorecer o “imperialismo comunista” (Apud MOURA, 2002: 45). Guardadas as proporções, seria como há pouco as reações a atitudes do ex-presidente Lula, ou dos

¹ O colonialismo foi um ponto intrigante da política externa de Juscelino Kubitschek, pois se por um lado reafirmava o direito de autodeterminação dos povos, por outro apoiava a política colonialista do governo salazarista em Portugal. Esta contradição foi analisada por Rampinelli (2004) e Moura (2002).

² Entretanto, de certo modo a crise de Suez reforçou a bipolaridade, ao relegar o Império Britânico a uma posição claramente subordinada aos EUA.

presidentes Hugo Chávez e Evo Morales. Fosse imoral ou não, a Unctad³, nos anos 60, foi resultado da pressão daquele grupo, que contou com a adesão de países da América Latina. (MOURA, 2002: 45)

Dessa forma, ao assumir o governo, Juscelino Kubitschek encontrou uma realidade diferente daquela do início dos anos 50. Ainda que esses fatos acima contribuam para ampliar a margem de autonomia do país no campo internacional, outros limitariam em muito essa ação. Os anos 50, nos EUA, foram quase inteiramente atravessados pelo governo Eisenhower e pela presença de Foster Dulles na Secretaria de Estado, uma administração marcada, entre outros, pela condenação a toda forma de nacionalismo, visto como porta de entrada do comunismo soviético, e também às teses desenvolvimentistas, uma vez que, entendiam, o desenvolvimento da América Latina ocorreria naturalmente com a abertura ao capital estrangeiro (principalmente estadunidense). (MOURA, 2002: 46, 50 e 51)

Além disso, como a América Latina não era prioridade na agenda norte-americana da Guerra Fria, uma vez que os espaços principais localizavam-se na Ásia e na Europa, somente um fato novo poderia mudar essa percepção do governo dos EUA, o que poderia permitir apoio, inclusive financeiro, para um desenvolvimento nos países da região, ainda que associado. Em 1958, tentando atrair uma maior atenção ao Brasil, Kubitschek lançou a OPA (Operação Pan-Americana), ao mesmo tempo em que o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, numa jornada de visitas a países da região, foi duramente criticado e ameaçado por manifestações populares⁴, e o perigo à sua vida foi sentido em Washington, a ponto de o governo norte-americano mobilizar tropas para resgatar seu mandatário (MOURA, 2002: 51 e 52). Esse evento traumático, aliado à divulgação dos princípios da OPA, mostrou que a América Latina não poderia ser desconsiderada para sempre. As resistências à presença de Nixon foram atribuídas, pela Casa Branca, à infiltração comunista no continente. Quanto a JK, o que acontecera a Nixon reforçava sua tese⁵ no programa da OPA: a principal preocupação nos países da

³ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

⁴ Principalmente no Peru e na Venezuela.

⁵ A historiografia aponta Augusto Frederico Schmidt, assessor de Juscelino Kubitschek na presidência, como o mentor da OPA. Roberto Campos, em suas memórias (1994: 155 e 156), não se coloca como autor, mas lembra que a idéia central da OPA não era original e que ele, em 1947, já escrevera a respeito, e, à época de Juscelino, tornara-se um jargão. Deixando de lado a paternidade, o texto da OPA não trazia um plano de ações concreto para a região, tratava-se mais de um diagnóstico dos

região era o subdesenvolvimento e a pobreza, estes sim poderiam abrir as portas a regimes exógenos de inspiração soviética. No entanto, os EUA mostraram-se reticentes com a investida brasileira:

A baixa receptividade inicial de Washington à idéia lançada por JK não desanimou o governo brasileiro, que insistiu na tese de que o verdadeiro panamericanismo seria feito de atos de solidariedade concreta, com vistas à luta contra o subdesenvolvimento; ao mesmo tempo, JK acentuava a natureza multilateral da iniciativa, assim como a necessidade de se dar um tratamento político aos problemas econômicos e assegurar um novo papel para a América Latina no sistema interamericano. (MOURA, 2002: 2)

Ainda que contrariasse suas orientações políticas para a região, como a proposta pudesse angariar apoio e propiciar adesões ao Brasil, o governo norte-americano procurou esvaziar a OPA, encaminhando-a à Organização dos Estados Americanos (OEA) para ser discutida e diminuir o peso de JK como líder na região⁶; ao mesmo tempo, não definia com qual montante estaria disposto a entrar para viabilizar qualquer projeto de desenvolvimento.

Em 1959, porém, após discussões arrastadas, a OPA seria revitalizada com o advento da Revolução Cubana. Desta vez, a rachadura ocorrera no interior do bloco ocidental liderado pelos EUA. As reformas agrária e urbana em Cuba preocuparam o governo Eisenhower, de forma que em seus últimos dias frente ao governo, procurou uma aproximação com os países latino-americanos, a fim de lutar contra o “perigo cubano”. (MOURA, 2002: 55) No entanto, essa procura não significou capitulação diante das demandas latino-americanas. Ao contrário, a OPA foi vista com “bons olhos” e de grande serventia ao governo dos EUA. O democrata John Kennedy, em seu primeiro ano de governo, retomaria a OPA numa nova roupagem, através da Aliança para o Progresso⁷, tomando a frente e empalidecendo a iniciativa brasileira. E, como outro resultado direto da OPA, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

problemas, todos vinculados ao subdesenvolvimento. Veja-se, por exemplo, Moura (2002).

⁶ Na OEA, o Comitê dos 21 se encarregou da dimensão político-diplomática, enquanto que os planos econômicos foram encaminhados ao CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social), órgão burocrático da organização. (MOURA, 2002: 53)

⁷ O título completo da proposta do governo dos EUA para apreciação dos demais países da região é “Acordo para o Estabelecimento de uma Aliança para o Progresso, dentro da Estrutura e Conceitos da Operação Pan-Americana”.

A OPA, na medida em que propunha romper com o papel periférico dos países latino-americanos, representou um avanço no campo da política externa, mas, como não pressupunha o rompimento com a situação de dependência com os EUA, tinha seus limites dados na própria origem, servindo mais para mobilizar a opinião pública da região do que para tirar o Brasil ou qualquer outro país daquela condição.⁸ Um exemplo que ajuda a compreender este ponto é a questão do reatamento das relações com a União Soviética. Após bom tempo de discussão, para atender o objetivo pragmático do governo de impulsionar o modelo desenvolvimentista, mas não gerar um mal-estar que comprometesse os vínculos ideológicos com os EUA, decidiu-se por reatar as relações comerciais, mantendo-se cortadas as relações diplomáticas. É o avanço e o recuo, o ímpeto de projetar-se, mas sem romper com o que impede esse movimento⁹.

Entendendo que a política externa denota questões de política interna, a OPA, dessa forma, foi uma tentativa de angariar recursos para o projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek, além de colocar o Brasil, e JK, na condição de líder dos países latino-americanos. A OPA se constituiria, dessa forma, numa espécie de “meta-síntese” (DANESE, 1999: 330) da política externa brasileira, que, somada ao plano de metas, seria o cerne daquele governo.

O mais correto é dizer que a política exterior responde às aspirações do grupo político representante da categoria sócio-econômica hegemônica, no âmbito da sociedade nacional e, como tal, empalmou o poder pela conquista do Estado. [...] Complementarmente, reafirma-se a conclusão de que a política exterior de um país responde a um momento específico de sua história conforme a categoria social que desfruta de posição hegemônica no mando político nacional. (CERVO e BUENO, 1986: 42 e 43)

Neste ponto, ressaltamos que a política externa desses anos denota conflitos internos insolúveis até aquele momento. A resposta norte-americana à OPA foi respaldada por setores da imprensa, dos militares, da sociedade civil em geral, que também viam com temor o nacionalismo e as teses desenvolvimentistas.

⁸ “Mesmo enfrentando aquelas limitações propositivas e perdendo certo espaço para o governo norte-americano, a OPA passou a ter, por si mesma, um grande valor interno no Brasil, como alegada prova de prestígio e de capacidade de ação do governo brasileiro.” (DANESE, 1999: 329)

⁹ Outro exemplo, que já citamos, foi a questão do apoio à política colonialista portuguesa, ao mesmo tempo em que se apoiava, em tese, a independência das colônias africanas. Genericamente, de maneira retórica e abstrata, prevalecia esta última; no plano das ações concretas, optava-se pelo engajamento com o seu oposto. (MOURA, 2002: 56 a 59)

No início dos anos 1960, a Política Externa Independente (PEI), nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), também desafiou a ordem. Não apenas por isso, mas também por esse motivo, o primeiro foi levado à renúncia, ao passo que o segundo sofreu um golpe de Estado. Estamos num outro momento histórico, porém, permanece um desafio à Presidente Dilma Roussef: até onde está disposta a chegar? Em 2010, o governo Lula intermediou, junto à Turquia, uma tentativa de acordo com o Irã para diminuir o mal-estar gerado pelo programa nuclear de Teerã. Assim que o acordo foi anunciado, os EUA anunciaram novas sanções ao país do Oriente Médio, com a anuência de seus parceiros do Conselho de Segurança da ONU. É como se nossa margem de manobra estivesse limitada pelos interesses da potência que insiste em ser hegemônica, não obstante sua crise.

Brasil e América do Sul: difícil começo

Antes mesmo da independência, as relações com o mundo exterior fizeram do Brasil um vizinho a ser temido. Portugal, com o intuito de chegar ao rio da Prata, teve como resposta da Coroa espanhola a criação do vice-reinado que, entre outros, tinha como objetivo deter essa expansão. O vice-reinado do Rio da Prata, abrangendo os atuais territórios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, estendendo-se, na época, até o Pacífico, não conteve a metrópole portuguesa por muito tempo. Em 1816 o Uruguai foi anexado, formalmente em 1821, como Província Cisplatina, o que levou ao primeiro grande conflito internacional logo após a independência, a Guerra da Cisplatina (1825-1828), entre Brasil e Argentina, esta última com receio do expansionismo do Brasil, mas, por seu lado, também querendo a anexação do pequeno país vizinho. A solução veio com a independência do Uruguai, que serviu como amortecedor para os atritos entre argentinos e brasileiros.

Ao longo do século XIX, o Brasil se envolveu em outras disputas, ora sangrentas, ora diplomáticas, ao querer definir as fronteiras com outros vizinhos. Nesse processo, ganha destaque aquela que é conhecida por vários nomes, mas no Brasil ganhou o nome de Guerra do Paraguai. Entre 1864 e 1870, Brasil, Argentina e Uruguai se uniram aos interesses britânicos para liquidar a experiência paraguaia de independência e desenvolvimento que destoava dos demais. Desde então, ficou difícil dissociar a imagem do Brasil de país imperialista, pelo menos na América do Sul. Se quisermos um país que, mesmo sem guerras, teve que ceder à sanha do governo

brasileiro, foi a Bolívia, que, aliás, desde sua independência, em 1825, só fez perder território, sendo que a maior parte foi exatamente na fronteira com o Brasil, sendo o Acre o maior exemplo.

Imperialismo ou subimperialismo?

A idéia de subimperialismo foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1932-1997), e indicaria uma política do governo brasileiro a partir do regime militar (1964-1985), quando a política externa, que até então se caracterizara por certa independência nos dois governos anteriores, passa a ser explicitamente de “interdependência continental”. A doutrina que a embasou, de “barganha leal”, consistiria em que o Brasil não podia fugir à influência norte-americana no continente, daí a alternativa mais viável de associar-se aos EUA em sua política externa no Cone Sul, e, em contrapartida, o Brasil teria o reconhecimento do exercício de sua hegemonia nos países da região.

Dessa forma, o governo brasileiro não apenas integraria a economia brasileira à economia dos EUA, mas também tornar-se-ia uma espécie de “centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio” (MARINI, 2000: 67). Nessa expansão imperialista, o Brasil assumiria o papel de um país-chave para essas pretensões, como um subproduto do imperialismo.

A integração imperialista na América Latina, no entanto, não seria uma integração harmônica, mas, antes, antagônica. Marini cita o caso das burguesias argentina e brasileira, que apesar de prevalecer a regra da colaboração entre si e com os EUA, a disputa por zonas de influência, como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai, levaram os dois países a compras de armamentos e desenvolvimento da indústria bélica.

O estreitamento de relações entre os países da América do Sul, nesse sentido, representa a superação, em parte, das rugas originadas no passado. Por outro lado, há também um amadurecimento das políticas interna e externa, à medida que se percebe cada vez mais claramente que se há o que nos separa, existem também aspectos de nossas história e sociedades que nos aproximam, como a colonização, a expropriação realizada durante séculos, o subdesenvolvimento e a gritante desigualdade social, e, dessa forma, juntos, os países da região podem trilhar um caminho mais seguro em

busca da superação desses problemas, sem hipotecar o seu futuro a alguma potência estrangeira.

O que querem os “emergentes”?

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto as exportações dos países desenvolvidos aumentaram nos últimos anos, as dos países em desenvolvimento multiplicaram. O comércio entre estes últimos segue o mesmo caminho. Ainda que tratados genericamente como “emergentes”, não há uma homogeneidade no grupo, porém, para além das transações e da cooperação comerciais, há o caráter estratégico, que visa o desenvolvimento dos países de baixa renda. Aqui, não podemos deixar de lembrar o papel dos atores privados, em particular o das empresas transnacionais. Veja-se o exemplo da Petrobrás em países como Bolívia, Equador e Argentina, ou então das empreiteiras brasileiras, presentes não só na América do Sul, mas também no Oriente Médio, ou da mineradora Vale, em países como o Canadá.

Após um período marcado pela bipolaridade – a Guerra Fria (1947-1989/1991) -, e na ausência de uma potência que possa contrastar o poder militar norte-americano, as relações entre os países em desenvolvimento, grosso modo localizados no hemisfério Sul, podem oferecer alternativa numa época em que a hegemonia dos EUA é questionada e a China, não obstante ocupar o posto de 2^a. maior economia mundial, ainda não tem condições de assumir esse papel. O Brasil, no posto de 7^a. maior economia e membro destacado do G-20 e dos BRIC’s (Brasil, Rússia, Índia e China), pode contribuir para um cenário internacional em que novos atores devem entrar em cena e ocupar postos de destaque. Daí a insistência para que Brasil e outros países emergentes assumam, entre outros, assento no Conselho de Segurança da ONU, a fim de ajudar a deliberar sobre temas importantes e decisivos da contemporaneidade, como a ocupação, desocupação e sanções aplicadas a países membros.

Concluindo

A história das relações internacionais do Brasil é marcada pela ingerência de potências. Desde a Doutrina Monroe, em 1823, comunicando à Europa que a “América pertence aos americanos”, passando pelo Destino Manifesto, este, indicando que o povo dos Estados Unidos seria o guia natural dos demais povos do continente, além da política imperialista britânica, que, entre outras, ajudou a açodar as relações entre os vizinhos sul-americanos e contribuiu na maior guerra do subcontinente, atrasando qualquer tentativa de aproximação entre eles, chegando ao mundo do pós-guerra, quando a hegemonia dos EUA se efetivou, toda tentativa que pudesse ofuscar ou contrastar esses poderios foi enfrentada e jogada à lona.

Nesse sentido, numa época em que a nação hegemônica conseguiu forjar a constituição de blocos econômicos como o NAFTA – já constituído e, hoje, sujeito a críticas no México inclusive de autoridades do governo - e fracassou no caso da ALCA - deixada num segundo plano durante o governo Lula devido à mudança de enfoque que vinha do governo Fernando Henrique Cardoso -, que, na prática, significaria a anexação de mercados produtores e consumidores à lógica e aos interesses do grande capital, o Mercosul poderia representar uma alternativa concreta ao projeto de extensão do poderio estadunidense na América Latina. Para isso, no entanto, os países da região devem superar suas diferenças, que, no presente, são muito mais pontuais e fáceis de resolver que no passado. Juntos, podem construir uma nova pauta na região que leve em conta os interesses, peculiaridades e necessidades históricas de cada um. Isto implica contrariar grandes corporações, organismos e Estados estrangeiros, muitas vezes aliados com setores da mídia e da burguesia nacionais. Separados, ficarão mais vulneráveis às tentativas de cooptação.

Por outro lado, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti), é vista com desconfiança por organismos e intelectuais de esquerda, à medida que rompe o princípio de autodeterminação dos povos e tange as mudanças no país rumo à democracia liberal. O Brasil está à frente dessa missão desde 2004, quando foi instituída pela ONU, após a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide (retirado pelo governo dos EUA e exilado na África do Sul) e a guerra civil que se instalou no país. Há manifestações no país pedindo para que Brasil e EUA se retirem, este último com suas posições

reforçadas após o terremoto de janeiro de 2010, que serviu de pretexto para que “ajuda humanitária” fosse enviada para o pequeno e pobre país do Caribe, ajuda essa constituída mais de militares e equipamentos de guerra do que de médicos e alimentos¹⁰.

Segundo Gelson Fonseca Jr. (1999), as ameaças no pós-Guerra Fria são difusas e fragmentadas, como no Iraque em 1991. Se as ameaças são difusas, no entanto, as vitórias também o são. É difícil hoje haver ganho estratégico global, porque não há rivalidades globais, e nenhum Estado, potência ou não, se opõe a outro em todos os temas da agenda internacional.

O Brasil, como país médio, tem alguma presença global pelo comércio e pela atuação em organismos multilaterais e forte presença na América do Sul. Como país médio, afasta-se de políticas de poder e prefere a diplomacia e o direito. Isto, porém, não é uma regra para países médios, pois Índia e Paquistão também o são e fazem o oposto.

Em relação à China e à Rússia, parece que em ambas o projeto maior é impedir uma ordem unipolar sob o domínio dos EUA. O multipolarismo lhes parece mais aceitável.

Há outro elemento importante na América Latina e, pelo menos até o momento em que este texto é escrito, no mundo árabe também. Se durante a Guerra Fria a América Latina esteve prensada entre os dois polos de poder, no período posterior abriram-se espaços para novos movimentos sociais, que, sendo mais populares, pressionam por novas Assembléias Constituintes que reforcem o papel dos Estados em sua tarefa de elaborar políticas sociais. Com relação ao mundo árabe, no entanto, é ainda prematuro fazer qualquer julgamento, uma vez que o processo político de mudanças ainda é incerto e os desdobramentos não estão completamente claros. Por outro lado, devem ser levados em conta agora, quando novos atores entram cena nas relações internacionais, estas, tensionadas por outros, alguns nem tão novos assim, que aparecem no cenário interno propondo temas voltados à preservação do meio ambiente, formas alternativas de crescimento econômico com desenvolvimento social e meios de participação política que não se restringem aos mecanismos da democracia burguesa.

¹⁰Ver estudo detalhado feito por Ana Esther Ceceña (2010).

Bibliografia

AYERBE, Luis Fernando. (2002) Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp.

BOUZAS, Roberto; VEIGA, Pedro da Motta e RÍOS, Sandra (2007). Crisis y perspectivas de la integración en América del Sur. Rio de Janeiro; mimeo.

CAMPOS, Roberto O. (1994) Lanterna na Popa: Memórias. 2a. edição. Rio de Janeiro: Topbooks.

CECEÑA, Ana Esther. (2010) “A ocupação do Caribe e o xadrez da dominação mundial”. In Revista Lutas Sociais. Número 24. 1º. Semestre de 2010, páginas 88 a 100.

CERVO, Amado Luís & BUENO, Clodoaldo. (1986) A Política Externa Brasileira – 1822-1985. São Paulo: Ática.

_____. (1992) História da Política Externa do Brasil. São Paulo: Ática.

DANESE, Sérgio. (1999) Diplomacia Presidencial. Rio de Janeiro: Topbooks.

FAWCETT, Louise. (2004). “Regionalism in Historical Perspective”. In FAWCETT, Louise e HURRELL, Andrew (Ed). Regionalism in World Politics. Oxford: Oxford University Press.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. (2008). Os caminhos da América Latina. São Paulo: mimeo.

FONSECA JR., Gelson. (1999). “Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil”. In DUPAS, Gilberto e VIGEVANI, Tullo (Orgs.). O Brasil e as novas dimensões da Segurança Internacional. São Paulo: Alfa-Ômega, páginas 17 a 42.

MARINI, Ruy Mauro. (2000) Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO.

MOURA, Gerson. (2002) “Avanços e recuos: a política exterior de JK”. In GOMES, Angela de Castro (org.). O Brasil de JK. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, pp. 39 a 66.

POULANTZAS, Nicos. (1978) As classes sociais no capitalismo de hoje. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1977) Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes.

RAMPINELLI, Waldir José. (2004) As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Ed. da UFSC, Coleção Relações Internacionais e Estado Nacional.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). (2001) Relações Internacionais – Dois Séculos de História. Volume II Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: Instituto de Relações Internacionais (IBRI).

SCHOULTZ, Lars. (2000) Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc.

SENNES, Ricardo e TOMAZINI, Carla. (2006) Agenda sudamericana de rasil. Foreign Affairs em español. México, volume 6, número 1, páginas 43 a 60.

SENNES, Ricardo. (2002). Países Intermediários e Fóruns Multilaterais: algumas considerações. 3º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – Área Relações Internacionais. Niterói, 28 a 31 de julho de 2002.

SIMONSEN, Roberto. (1958) Simonsen e a Operação Pan-Americana. São Paulo: Serviço de Publicações da FIESP/CIESP.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.). (2005) Ruy Mauro Marini – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.

VILARINO, Ramon Casas. (2005) “Lutas Sociais na Bolívia - entrevista com Evo Morales”. In Revista Projeto História. Número 31. São Paulo: PUC-SP, páginas 337 a 348.

_____. (2006). Os Acordos de Roboré – Brasil, Bolívia e as questões do petróleo, desenvolvimento e dependência no final dos anos 1950. São Paulo: PUC-SP. Tese de doutorado em Ciências Sociais – Política.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (2003) “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 195 a 216.

_____. (2004) Relações Exteriores do Brasil (1945-1964). Petrópolis: Vozes.